

Nº 501 • ANO XLV
NOVEMBRO 2015
MENSAL • €1,50

Revista da **ARMADA**

NRP ARPÃO

O REGRESSO A CASA

NRP ALM GAGO COUTINHO
MISSÃO NOS AÇORES

OPERAÇÃO
«MAR VERDE»

NRP D. FRANCISCO DE ALMEIDA
SNMG1

RELEMBRAR A OPERAÇÃO

“MAR VERDE”

PARTE 1

Em setembro de 2014 faleceu o Comandante Alpoim Calvão, que idealizou, planeou e comandou a realização da operação “Mar Verde” em 1970 na Guiné Conacri, durante a Guerra de África 1961-1974. Oficialmente negada pelo Estado Português, esta operação já foi alvo de vários livros e reportagens televisivas. O próprio Alpoim Calvão a contou na primeira pessoa diversas vezes, uma das quais tive o prazer de assistir durante a realização do Curso Geral Naval de Guerra.

A operação “Mar Verde” terá sido a última operação militar realizada por Portugal cujo desfecho poderia ter mudado o curso da História. Nunca saberemos o que teria acontecido se os objetivos estratégicos desta ação tivessem sido atingidos, e as opiniões são várias e muitas vezes antagónicas. A reconstituição desta operação foi realizada com base em três referências publicadas, os relatórios sobre a operação “Mar Verde” existentes no Arquivo Histórico da Marinha e uma entrevista ao CMG FZE Raúl Cunha e Silva, realizada em dezembro de 2012.

OS OBJETIVOS

Em 1970 foi realizado, pelas Forças Armadas, um ataque anfíbio a Conacri, a capital da República da Guiné. Como referido, esta operação foi idealizada, planeada e comandada pelo Capitão-tenente Alpoim Calvão. Os objetivos pretendidos com este ataque podem enquadrar-se em três âmbitos distintos: estratégicos, operacionais e táticos. O objetivo estratégico desta operação era desarticular e fragilizar política e militarmente o movimento independentista da Guiné Portuguesa e Cabo-Verde, Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), atacando a cúpula do poder rebelde, ao ponto de ganhar uma superioridade moral e militar que ditasse o fim da guerra da independência na Guiné, a favor de Portugal e no curto prazo. Em termos práticos seria necessário capturar Amílcar Cabral, líder do PAIGC, e mudar o regime político da Guiné-Conacri, que apoiava a todos os níveis os independentistas, através da captura ou eliminação de Sekou Touré, o Presidente do país, e da realização de um golpe de Estado por forças opositoras ao regime vigente, que fossem favoráveis a Portugal.

Por outro lado, mesmo que o golpe de Estado não fosse bem sucedido, um ataque à Guiné-Conacri poderia implicar a necessidade do PAIGC colaborar na defesa deste país, deslocando efetivos em direção a Conacri, aliviando, desta forma, a pressão e os ataques às forças nacionais no sul da Guiné portuguesa.

Os objetivos operacionais consistiam na degradação das capacidades militares do PAIGC e na recuperação e repatriamento de prisioneiros de guerra portugueses, 26 militares, um dos quais era desertor das fileiras nacionais, cativos em instalações do PAIGC em Conacri. A materialização destes objetivos passaria pela destruição das instalações do PAIGC em Conacri, usadas como Estado-Maior e centro de formação de combatentes e de dirigentes políticos, pela destruição das vedetas torpedeiras do PAIGC e da Guiné Conacri, que poderiam ameaçar o total domínio do mar que Portugal detinha na altura, e finalmente pela libertação dos prisioneiros portugueses. Os objetivos táticos consistiam no estabelecimento do controlo do espaço marítimo, do espaço aéreo e do espaço terrestre, e no ataque, na destruição e na desativação de diversos meios, sistemas e estruturas militares e civis em Conacri, de forma a conseguir concretizar os objetivos estratégicos e operacionais anteriormente indicados.

Por razões de política internacional, um dos pressupostos da realização desta operação era que não poderia ser imputada a Portugal a responsabilidade da sua autoria, principalmente se os seus objetivos estratégicos não fossem concretizados. Assim, foi adquirido armamento de fabrico estrangeiro, produzido fardamento incaracterístico para equipar a força invasora, e descharacterizados os meios navais envolvidos. Uma vez que se pretendia materializar um golpe de Estado, foram contactados líderes guineenses exilados, opositores ao regime do presidente Sekou Touré, para encabeçar o processo político de deposição e arregimentar potenciais combatentes para dar corpo à força invasora que seria mista de combatentes nacionais e guineenses exilados. Este processo de mobilização de força guineense implicou diversas ações de resgate de indivíduos no Senegal, na Zâmbia, na Serra Leoa, na Libéria e na Costa do Marfim, principalmente por via marítima, que anuíram em dar corpo a uma

revolução, sem na realidade saberem em que circunstâncias o iriam fazer.

A dissimulação da operação consistia em fazer crer a terceiros que as forças nacionais envolvidas eram meros mercenários, contratados pela oposição guineense para fazer um golpe de Estado. Na realidade, as forças nacionais iam atacar objetivos específicos e de topo do PAIGC, usando o golpe de Estado como diversão, podendo beneficiar política e militarmente caso este resultasse. A questão do objetivo principal desta operação é ainda assunto em aberta discussão. O General Spínola, que era o responsável máximo pela situação militar da Guiné, só concebia que o objetivo principal fosse o golpe de estado. Todos os outros objetivos teriam carácter secundário. Alpoim Calvão sempre afirmou que a sua motivação inicial e principal era libertar os prisioneiros portugueses, principalmente o furriel piloto-aviador Lobato, então cativo há sete anos, planeando-se depois uma grande operação com diversos objetivos de oportunidade e grande interesse nacional. Este oficial testemunhou que, durante a conversa que teve com Marcelo Caetano, então presidente do Conselho de Ministros, imediatamente antes da operação, lhe perguntou se caso apenas se conseguisse a libertação dos prisioneiros se já teria valido a pena realizar a operação? o que lhe terá sido anuído que sim. Esta divergência de opinião quanto ao real objetivo primário da operação “Mar Verde” levou alguns analistas a considerá-la um grande sucesso, enquanto outros manifestaram uma opinião totalmente contrária.

FORÇAS E MEIOS

Para a execução da operação foram utilizadas quatro lanchas de fiscalização grandes e duas lanchas de desembarque grandes. Todos estes meios navais transportavam botes de borracha com motor, para desembarque do pessoal em terra.

A força de combate foi constituída por 72 militares do Destacamento de Fuzileiros Especiais nº 21 (Marinha Portuguesa), 150 militares da 1ª Companhia de Comandos Africanos (Exército Português), cerca de 150 a 200 elementos da Frente de Libertação Nacional Guineense (FLNG) (elementos de oposição ao regime da Guiné-Conacri), elementos guia da Direção-Geral de Segurança (ex-PIDE), e alguns militares com valências especiais de combate, face à operação a realizar, das forças especiais dos três ramos das Forças Armadas (Fuzileiros, Comandos, Rangers e Paraquedistas). Os elementos revolucionários foram isolados e treinados durante sete meses na ilha de Soga, no arquipéla-



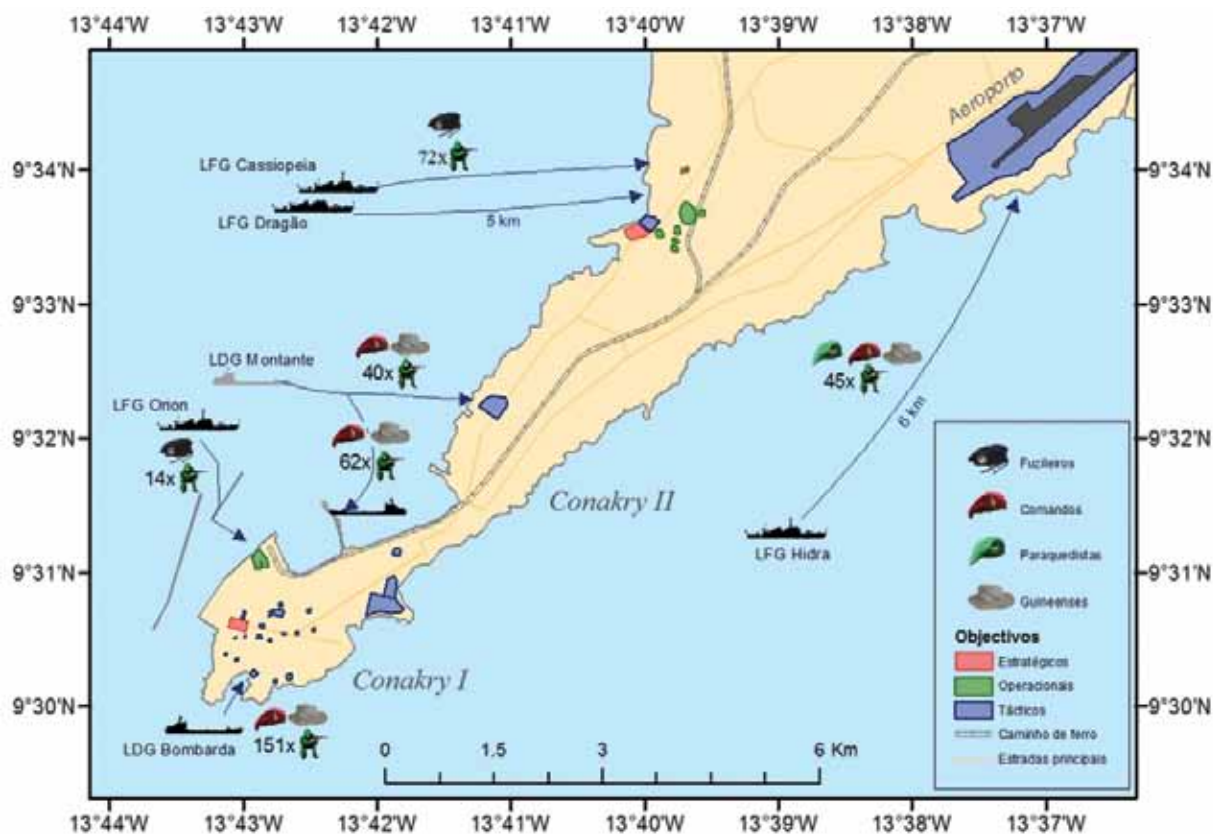
Projeção de força da ilha de Soga para Conacri.

go dos Bijagós, pelo 2TEN FZE (fuzileiro especial) Rebordão de Brito e pelo 2SAR Comando Marcelino da Mata, a que se juntaram mais alguns instrutores especiais, nomeadamente o 2TEN FZE Lopes de Abreu, o Cabo FZE Lopes Rossa, o Marinheiro FZE Luís Tristão, o Marinheiro FZE Augusto da Silva, o Marinheiro C (especializado em comunicações) Moita, o Alferes Ferreira e o Furriel Teixeira. Foi desta ilha que foi lançada a operação em novembro de 1970.

A AÇÃO TÁTICA

Atendendo à grande necessidade de obtenção de informações atualizadas sobre alguns dos espaços críticos de ação, foi realizada uma missão de reconhecimento do porto de Conacri, em 17 de setembro de 1970. Esta missão contou com a participação do próprio comandante da operação, tendo sido levada a cabo por uma lancha de fiscalização grande descaracterizada.

No detalhe do plano de ação para o ataque anfíbio, foram inicialmente identificados 52 potenciais alvos que, depois de priorizados e enquadrados com a dimensão das forças atacantes, foram reduzidos para 25 objetivos táticos principais.



Plano geral do ataque a Conakri.

A força naval largou da ilha de Soga ao final do dia 20 de novembro (6ª feira), tendo sido apoiada, durante a navegação, por uma aeronave de patrulha marítima Lockheed P2V-5 da Força Aérea, que foi reportando o panorama marítimo, por forma a garantir que os navios manobravam com antecipação e não eram avistados por embarcações ou navios indesejados. Nesta época, a União Soviética mantinha uma frota de navios de “pesca” espíões ao largo da costa africana pelo que, a bem do segredo e surpresa da operação, era necessário evitar o contacto com estes navios. Esta aeronave já tinha realizado, nos dias anteriores, diversas missões de reconhecimento de potenciais alvos do PAIGC a bombardear no território da Guiné independente, caso o golpe de Estado planeado fosse efetivamente concretizado.

Os navios chegaram a uma posição de dispersão da força naval próximo de Conakri no dia 21 de novembro (sábado) já depois do pôr-do-sol.

O plano de ataque tinha como principais linhas de ação, visando a sustentação no tempo, a necessidade de garantir: o domínio dos espaços marítimo, terrestre e aéreo. Por outro lado, era necessário rentabilizar, ao máximo, o fator surpresa. Para isso, os navios foram preposicionados e as forças foram desembarcadas por forma a chegarem a terra ou aos seus objetivos praticamente em simultâneo.

O DOMÍNIO DO MAR

No plano da operação “Mar Verde” a força nacional foi dividida em várias equipas, que foram nomeadas com uma letra do alfabeto, e distribuídas pelos meios navais utilizados de acordo com as ações táticas a realizar. A cada equipa foram atribuídos objetivos específicos a conquistar.

O domínio do espaço marítimo implicava destruir ou tornar inoperativos os navios de guerra do PAIGC e da República da Guiné, que se encontravam no porto de Conakri. Desta forma, os navios nacionais poderiam operar com relativa liberdade no espaço adjacente à cidade. O 2TEN FZE Rebordão de Brito liderou a equipa “V” de 14 militares que, transportados em 3 botes, largaram da LFG Orion em direção ao molhe “La Prudence” onde aguardaram a ordem de ataque. No molhe, o 2º Tenente FZE Rebordão de Brito observou, com binóculos, o cais bananeiro. O perfeito alinhamento proa-popa de duas vedetas torpedeiras deram-lhe a sensação de estar a ver uma fragata (soviética). Esta nova realidade tornava a sua missão suicida face à desvantagem numérica e à capacidade combatente das guarnições soviéticas. Ainda assim, não hesitou e à ordem do comandante da operação incentivou a sua equipa a provocar o máximo de danos possíveis no grande navio que se lhes opunha. Largados do molhe, foi com agrado que percebeu ter sofrido uma ilusão de ótica. Em vez de uma fragata estavam oito navios mais pequenos atracados ao cais. Em ação continuada, com recurso a armamento ligeiro, granadas e minas lapa, aniquilaram as sentinelas e afundaram ou destruíram 3 vedetas lança mísseis do tipo Komar da Guiné-Conakri e 4 vedetas torpedeiras P-6 e uma lancha de desembarque do PAIGC. As vedetas torpedeiras do tipo P-6 (designação NATO para os navios soviéticos do projeto 183 *Bolshevik*) tinham 25 metros de comprimento, 6.2 metros de boca, 67 toneladas de deslocamento e podiam atingir uma velocidade de 44 nós. As vedetas do tipo Komar eram uma evolução das P-6, em que os dois tubos lança torpedos tinham sido substituídos por 2 lançadores de mísseis.